ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS, realizada no dia 27 de junho de 2025 por videoconferência. Ao vigésimo quinto dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e quarenta e cinco minutos em primeira convocação, e às nove horas em segunda convocação, deu-se início a Reunião Ordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras, com a seguinte relação de presença: *Setor Poder Público:* Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio das Ostras - SAAE – RO, representado pela Sra. Juliana Gomes Paula; Prefeitura Municipal de Macaé, representada pela Sra. Evelyn Raposo da Silva; Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, representada pelo Sr. Leonardo Silva Fernandes; Instituto Estadual do Ambiente - Superintendência de Macaé – INEA-SUPMA, representado pelo Sr. Magno Grativol Peixoto; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro – EMATER, representada pelo Sr. Affonso Henrique de Albuquerque Junior; Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, representada pelo Sr. Jolnnye Rodrigues Abrahão. *Setor Sociedade Civil:* Associação dos Gestores: Instituto Bioacqua de Prom. de Des. Sust. e Defesa do Meio Ambiente – BIOACQUA, representado pela Sra. Katia Regina S. Coelho de Albuquerque e a Sra. Leideane Freire da Silva; Centro de Estudos e Conservação da Natureza – CECNA, representado pelo Sr. Eduardo Bini da Silva; Instituto Visão Social, representado pelo Sr. Thiers Porfirio Wilberger; Movimento S.O.S. Praia do Pecado, representado pela Sra. Thayná Fernandes Ribeiro Toledo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - Campus Macaé, representada pela Sra. Maria Inês Paes Ferreira; Associação dos Gestores Ambientais de Nova Friburgo, representada pelo Sr. Marcelo Acha Alexandre; Associação de Promotores e Criadores de Práticas e Saberes Sustentáveis – Casa dos Saberes, representada pela Sra. Lia Carla Carneiro Caldas; Universidade Federal Fluminense – UFRJ-NUPEM, representada pelo Sr. Pedro Hollanda Carvalho. *Setor Usuários de Recursos Hídricos:*Rio + Saneamento BL3 S.A., representada pela Sra. Ana Paula Guimarães Araújo; Águas de Nova Friburgo S.A, representada pelo Sr. Bernard Enne de Paula Vecci e o Sr. Valbert Schott da Silva; BRK Ambiental, representada pelo Sr. Otávio José Costa Martins; Marlim Azul Energia S.A., representada pela Sra. Raphaela Moreira Ferreira; Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa – ABRAGEL, representada pela Sra. Maria Aparecida Borges P. Vargas; Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, representada pelo Sr. Reginaldo Ramos; PETROBRAS - Base Cabiúnas, representada pela Sra. Joyce Silva Apicelo; Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., representada pelo Sr. Fernando Jakitsch Medina; Vale Azul Energia, representada pelo Sr. Mauro Sergio Adiala Calixto; Terminal Portuário de Macaé; representada pelo Sr. José Eduardo Carramenha. *Ausências justificadas:* Livia Xavier Alcântara dos Santos, representante da Prefeitura Municipal de Macaé; Pedro Higgins Ferreira de Lima e João Victor Branco Collares, representantes da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. *Convidados:* Daniele Pereira (CILSJ), Thiago Cardoso (CILSJ), Moema Versiani (SEAS), Adriana Saad (CILSJ), Karoliny Barreto (CILSJ), Luiza Crispim (Rio + Saneamento); Lucas Bernardes (MPRJ), Claudia Magalhães (CILSJ), Adriana Bocaíuva (FFCBH). A reunião foi

presidida pela Diretora Presidente do CBH Macaé, Sra. Maria Inês Paes Pereira sendo a pauta inicial composta pelos seguintes itens: 1 - Aprovação das atas das reuniões de Plenária: 25/10/2024, 16/12/2024, 21/02/2025, 25/04/2025; 2 - Validação da nova Diretoria Colegiada e da eleição para o cargo de Secretário Geral do CBH Macaé Ostras; 3 - Apresentação da Prestação de Contas de 2024; 4 - Aprovação do ajuste do PAP 2024-2028 e da PAAD 2025; 5 - Aprovação da minuta de resolução sobre o reajuste do PPU da RH VIII; 6 - Apresentação dos resultados finais do Projeto Estudo IQA e Salinidade na Bacia do Rio das Ostras; 7 - Aprovação da minuta de prorrogação por mais 12 meses do Projeto Estudo de Avaliação do IQA e Salinidade da Bacia do Rio das Ostras; 8 - Aprovação dos participantes do ENCOB 2025; 9 - Aprovação de envio de questionário para jovens participantes das edições anteriores do FAJ; 10 - Informes Gerais. Realizadas as alterações solicitadas a pauta da reunião ficou assim composta: **1 - Aprovação das atas das reuniões de Plenária: 25/10/2024, 16/12/2024, 21/02/2025, 25/04/2025; 2 - Validação da nova Diretoria Colegiada, da eleição para o cargo de Secretário Geral do CBH Macaé Ostras e da nova representação de Usuários; 3 - Aprovação da minuta de resolução sobre o reajuste do PPU da RH VIII; 4 - Apresentação da Prestação de Contas de 2024; 5 - Aprovação do ajuste do PAP 2024-2028 e da PAAD 2025; 6 - Apresentação dos resultados finais do Projeto Estudo IQA e Salinidade na Bacia do Rio das Ostras; 7 - Aprovação da minuta de prorrogação por mais 12 meses do Projeto Estudo de Avaliação do IQA e Salinidade da Bacia do Rio das Ostras; 8 - Aprovação dos participantes do ENCOB 2025; 9 - Aprovação de envio de questionário para jovens participantes das edições anteriores do FAJ; 10 - Informes Gerais.** Iniciada a reunião, no **ponto de pauta 1**, as atas foram aprovadas sem alterações. Prosseguiu-se para o **ponto de pauta 2**, foram validadas as indicações do Setor Sociedade Civil e Setor Usuários, sendo eles o Sr. Thiers Porfirio Wilberger e o Sr. Mauro Sergio Adiala Calixto, respectivamente. Foi referenda ainda a indicação do Sr. Thiers ao cargo de Diretor Secretário. Prosseguiu-se para o **ponto de pauta 3**, a Sra. Maria Inês explicou que o debate sobre o reajuste do PPU, especificamente do valor por metro cúbico de água, começou em 2019. Esse processo envolveu o Grupo de Trabalho Cobrança, o estudo do programa "RUA" e uma oficina em maio. Tudo isso culminou na minuta de uma resolução para aumentar o PPU. Recentemente, o Setor Usuário solicitou a retirada do ponto da pauta para mais debate. Ela destaca que, embora o Comitê debata exaustivamente as questões, retirar o item da pauta agora implicaria em não cumprir o prazo de 30 de junho estabelecido pela Resolução 197/2018 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que exige o encaminhamento de qualquer alteração do PPU até essa data para implementação no ano seguinte. Por isso, a decisão foi não retirar o item da pauta para que pudessem refletir juntos sobre a questão. O Sr. Thièrs Porfírio apresentou uma nota técnica que analisa a solicitação do Setor Usuário. Ele enfatiza que o Setor foi regularmente convocado e informado em todas as fases do processo e que a ausência de participação ativa não pode ser usada para suspender a deliberação. Além disso, ele reitera que o não cumprimento do prazo de 30 de junho para envio da resolução ao CERHI e ao Instituto Estadual do Ambiente resultaria na manutenção do valor

atual de R$ 0,06 por metro cúbico para 2026, prejudicando o planejamento financeiro da bacia. Ele também aborda o impacto financeiro do reajuste, que seria de R$ 0,06 para R$ 0,08, um acréscimo de 33%, mas que ainda manteria o PPU da RH VIII como um dos mais baixos do Estado. Ele argumenta que o impacto é modesto para grandes usuários como termelétricas e concessionárias de água e saneamento. Ele critica o paradoxo do setor usuário, que resiste ao reajuste da tarifa ambiental, mas não se opõe a aumentos significativos no custo da energia elétrica para a sociedade. O Sr. Thièrs Porfírio conclui recomendando a manutenção da deliberação do reajuste, o envio da resolução aprovada até 30 de junho, e o registro formal da manifestação dos Usuários, garantindo o diálogo contínuo para futuros ajustes. Ele alerta sobre os riscos de retrocesso institucional e financeiro caso o reajuste não seja aprovado, o que incluiria a perda de validade de estudos técnicos e custos adicionais. Após a explanação do Sr. Thièrs Porfírio, a Sra. Maria Inês informa que a Sra. Moema Versiani, em conjunto com a Diretoria do CERHI, apresentará uma proposta acordada antes de prosseguir com a leitura da minuta da resolução. A Sra. Moema Versiani, falando em nome do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI), enfatizou que a plenária do Comitê de Bacia é um espaço para o diálogo, consenso e entendimento das necessidades de todos os lados, incluindo os Usuários. Ela destacou que todos os Comitês, em 2018, aprovaram em consenso o reajuste da cobrança do PPU, principalmente devido à inflação acumulada desde 2004. Ela lembrou que, mesmo diante de uma grave crise financeira e do arresto do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, os Comitês confiaram e o dinheiro retornou ao sistema. Em 2019, o Comitê Macaé realizou um novo reajuste de 25%, também por consenso. Ela considera o pedido dos Usuários para discutir mais a questão pertinente, mesmo tendo sido feito na véspera; argumenta que os usuários são parte do Comitê de Bacia tanto quanto a Sociedade Civil. A Sra. Moema Versiani apresentou uma alternativa pensada em conjunto com a diretoria do CERHI para não prejudicar a intenção do Comitê de implementar um reajuste no próximo ano. Ela reforça que o pedido de alteração do PPU deve ser enviado ao CERHI até o dia 30 de junho para que a implementação ocorra em 2026; caso contrário, será postergada para 2027. Embora um atraso não seja um prejuízo muito grande, reiterou que há uma alternativa para evitar essa postergação. A Sra. Maria Inês pontuou que a discussão sobre a minuta da resolução para o reajuste do PPU é resultado de um longo processo de debates, incluindo a oficina e reuniões conjuntas de câmaras técnicas. Ela salienta que, mesmo com a presença de representantes de termelétricas em etapas anteriores, o pedido de prazo adicional para debate só veio recentemente, e se o item fosse retirado da pauta, o comitê perderia a oportunidade de reajustar o PPU para o ano seguinte, em 2026. A Sra. Moema Versiani propôs uma alternativa para alcançar um consenso e aprofundar a discussão com os setores que pleiteiam mais prazo, sem comprometer o atendimento ao prazo final de 30 de junho. A sugestão é que a plenária encaminhe a minuta da resolução ao CERHI, juntamente com o pleito dos Usuários por um prazo adicional. A diretoria do CERHI, então, receberia o pedido, confirmaria o cumprimento do prazo legal e devolveria a minuta ao Comitê de Bacia para ajustes e aprofundamento da discussão dentro do prazo solicitado. Ela enfatiza que o CERHI tem precedentes para isso, tendo

feito algo similar com o Plano de Aplicação Plurianual (PAP), que também tem prazo de 30 de junho. Reiterou que essa abordagem é saudável e permite ao comitê dialogar sem perder a oportunidade de implementar o reajuste em 2026. A Sra. Maria Inês esclareceu que o Comitê não deixará de apresentar a minuta à plenária para que todos estejam cientes do que será encaminhado ao CERHI. Ela sugere um ofício ou e-mail simples, anexando a minuta e solicitando o prazo adicional para os Usuários, mencionando a carta já recebida pelo CERHI. A Sra. Moema Versiani frisou que o CERHI não analisará o pleito dos Usuários do Comitê, mas sim o pedido do próprio Comitê, confirmando que a deliberação estava em pauta e solicitando o prazo adicional. A Sra. Maria Inês aproveitou para fazer um apelo aos Usuários para que se organizem continuamente e não apenas quando percebem que serão prejudicados. Ela menciona tentativas frustradas de organizar um Fórum de Usuários desde 2023, buscando mobilizá-los, e expressa o desgaste da Presidência com a correria dos últimos três dias. O Sr. Fernando Medina, um dos Usuários, agradece o espaço e as análises, aceitando o "puxão de orelha" no Setor. Ele enfatiza a necessidade de evitar discursos de "bem contra o mal" ou "lucro e conservação", buscando uma discussão madura, com escuta e construção coletiva. Explicou que, como funcionário de empresa, possui limitações e precisa validar internamente alguns compromissos, o que pode levar tempo. Ele reiterou que a proposta de reajuste surgiu recentemente e a estratégia de copiar o CERHI visava justamente construir algo em conjunto. O Sra. Fernando agradeceu a flexibilidade da Sra. Moema e pede um discurso saudável e respeitoso. Ele destaca que o pedido de prazo visa entender o impacto financeiro a longo prazo, já que a revisão do PPU não é apenas para o próximo ano. O Sr. Pedro Hollanda, concordou com o Sr. Fernando sobre a necessidade de evitar dualidades ideológicas, mas ressalta que o Comitê, por sua natureza, prevê o dissenso, que leva ao diálogo e à busca de soluções. Ele discordou da necessidade de um consenso de 100%, questionando a razão de postergar algo que já seguiu todo o rito. O Sr. Pedro apontou que a inflação acumulada desde 2019 (39%) é maior que o reajuste proposto de 33%, e que um consenso poderia significar um valor ainda menor, em detrimento do Comitê. Ele argumentou que postergar a decisão seria prejudicial ao Comitê, que precisa dos recursos para suas atribuições. A Sra. Rafaela Ferreira esclareceu ao Sr. Pedro que o PPU já vem sendo reajustado anualmente pelo IPCA desde 2019, portanto, a comparação com a inflação acumulada desde aquela época é distorcida. Ela reforçou o pedido do Sr. Fernando e o Sr. Pedro para que todos se atentem aos discursos e evitem a dualidade, pois todos os interesses são legítimos e podem ser consensuados. A Sra. Rafaela explica que a decisão sobre o reajuste, embora baseada em estudos anteriores, foi formalizada na oficina de maio. A partir dessa decisão, as empresas precisam de tempo para analisar o impacto financeiro e jurídico internamente e obter aprovação da diretoria para se posicionarem no Comitê. Ela reiterou que a discussão dentro das empresas está em andamento, mas o prazo de menos de 60 dias para se posicionar como empreendedor é apertado para entender o impacto financeiro do reajuste escalonado no planejamento de longo prazo da empresa. A Sra. Maria Inês explicou que a proposta de resolução visa reajustar o Preço Público Unitário (PPU) para o uso de recursos hídricos na bacia do CBH Macaé e Rio das Ostras, sem

alterar a metodologia de cálculo estabelecida na lei estadual. A principal mudança é no valor do PPU, com um reajuste escalonado para todos os setores usuários. Para o setor de saneamento básico, haverá um primeiro reajuste em 2026 e, a partir daí, o valor será mantido fixo. Essa decisão foi tomada considerando que o setor de saneamento tem a capacidade legal de repassar os reajustes à sociedade, e houve um pleito da sociedade civil para evitar grandes aumentos que pudessem impactar segmentos mais vulneráveis. Para os demais setores, os reajustes serão escalonados anualmente, baseados em um estudo, até atingir o valor máximo de R$ 0,05. Esclareceu que o reajuste anual pelo IPCA do IBGE já é computado, então o aumento proposto é adicional ao IPCA. Em 2029, o valor do PPU para os anos subsequentes deverá ser reavaliado. A Sra. Maria Inês abordou a dúvida da Sra Leideane Freire, sobre o prazo adicional solicitado pelos usuários. Ela explicou que o objetivo é que as empresas verifiquem o impacto do aumento no planejamento dos próximos quatro anos, organizando-se internamente para atender às metas e perspectivas de arrecadação. Essa análise requer mais tempo e possivelmente levará a uma nova reunião com a participação dos usuários para apresentar suas conclusões, o que poderia culminar em uma plenária extraordinária para aprovação da resolução final. Ela também contextualiza a chegada do pedido de prazo dos usuários, que ocorreu recentemente, com a carta oficial sendo recebida na véspera da reunião. A Maria Inês apresentou as duas opções para votação na plenária:1) Aprovar a resolução como está e encaminhá-la ao CERHI, 2) Encaminhar a minuta e solicitar ao CERHI um prazo de 30 dias para que os usuários debatam e o comitê possa encaminhar a versão final. O Sr. Fernando Medina reiterou a importância de um debate de qualidade e de informações corretas. Ele lembra que as revisões anteriores do PPU foram para corrigir defasagens inflacionárias, e que a proposta atual vai além da inflação, visando equalizar outros problemas da bacia. Ele pede apoio para o pedido de prazo dos usuários, a fim de alcançar um consenso e uma colaboração mais fluida. O Sr. Reginaldo Ramos reforçou o apelo para que a proposta da Sra. Moema Versani seja acatada, pois ela atende tanto à necessidade de aumento do PPU quanto à necessidade estrutural das empresas de se organizarem internamente. Ele destaca que o pedido de 30 dias não significa oposição ao aumento, mas sim a necessidade de avaliação. Ele parabenizou o Comitê Macaé por seu equilíbrio e integração, ressaltando que a proposta do CERHI é uma oportunidade para manter a unidade e o consenso. A sra. Adriana Bocaiúva expressou apoio ao processo do CBH Macaé e enfatizou que a atualização monetária pelo IPCA não é um aumento, mas sim a manutenção do valor. Ela também levanta a importante questão de que o impacto do PPU sobre o consumidor final de saneamento não é distribuído igualmente, especialmente para tarifas sociais. Ela sugere que os próximos debates detalhem como o repasse é feito, parabenizou o Comitê pela preocupação com o consumidor e conclui que a decisão influenciará todo o sistema. Colocado em votação foi aprovado o encaminhamento da minuta ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) com a solicitação de 30 dias de prazo para o posicionamento dos segmentos usuários. A Sra. Maria Inês propôs um cronograma para os próximos passos, buscando otimizar o tempo e garantir o diálogo: a) 24 de julho: Prazo final para os usuários encaminharem suas conclusões sobre o reajuste do PPU; b) 1º de agosto:

Realização de uma reunião conjunta das Câmaras Técnicas (CTIG e GT Cobrança), onde as considerações dos usuários serão debatidas. Esta data é um pouco após os 30 dias solicitados pelos usuários, mas a Sra. Moema Versiani assegura que, como o Comitê está solicitando o prazo adicional, o CERHI irá chancelar o cumprimento do prazo inicial; c) Até 25 de agosto: Envio da minuta da resolução ao CERHI, solicitando o prazo de dois meses (para permitir a conclusão dos debates e deliberações do Comitê). A Sra. Maria Inês ressalta que essa dinâmica permitirá que o CERHI receba a versão final da resolução já em agosto, cumprindo os prazos e mantendo a natureza dialógica e democrática do comitê. Ela agradeceu ao CERHI por viabilizar essa solução. Prosseguiu-se para o **ponto de pauta 4**, a Sra. Claudia Magalhães iniciou a apresentação da prestação de contas de 2024, destacando que o relatório de execução, uma autoavaliação da entidade delegatária, foi encaminhado aos membros do Comitê. Este relatório, juntamente com os documentos financeiros detalhados (contábeis, balancetes, extratos), está sob avaliação do INEA e da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão. O objetivo é finalizar e comprovar os resultados da execução. A Sra. Claudia explicou que o novo contrato de gestão possui sete indicadores de desempenho para avaliar a entidade delegatária: Indicador 1: Nível de organização do planejamento anual de atividades; - Mede a proporção de eventos e reuniões realizadas em relação às planejadas; - De 103 atividades previstas, 104 foram realizadas, resultando em 92%; - A meta era ficar entre 90% e 110% para a pontuação máxima (10), que foi alcançada; - Indicador 2: Nível de atendimento aos encaminhamentos solicitados pelo comitê; - Avalia a efetividade da entidade delegatária em atender às demandas provocadas nas reuniões e instâncias do comitê; - De 231 demandas, 201 foram atendidas, atingindo 87%; - A meta era 85%, o que significa que o indicador superou a meta e alcançou a pontuação máxima; - A comprovação desses dois indicadores está detalhada nos anexos do relatório de execução; - Indicador 3: Índice de execução física das ações prioritárias; Analisa o avanço físico das ações priorizadas pelo comitê (SIGA, PSA, revisão do plano e programa de regularização pelo uso da água); - Impacto Negativo: Houve um problema na execução do contrato de revisão do plano de recursos hídricos. O contrato não foi finalizado devido a burocracia e perda de vigência. A Sra. Claudia anuncia uma boa notícia: a primeira etapa do novo certame licitatório foi realizada, com duas empresas e um consórcio participando. Uma empresa foi inabilitada por falta de liquidez, e o processo está suspenso aguardando um possível recurso, mas há expectativa de uma boa contratação. O programa de regularização do uso da água (RUA) está em bom andamento e sendo finalizado. O programa PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) e boas práticas também está sendo executado, com 19 propriedades rurais beneficiadas e o primeiro repasse de recursos já realizado. Devido ao problema com o plano de bacia, a pontuação desse indicador foi 7,7, não atingindo o máximo de 10, mas ainda considerado um bom desempenho. Outras ações realizadas: Plano de Saneamento Básico de Rio das Ostras (em execução), projeto de ligações prediais na estação do Frade (não executado em 2024 devido a questões fundiárias, com recurso remanejado para o plano de saneamento de Rio das Ostras), e monitoramento ambiental. O monitoramento ambiental foi finalizado em 2025, e o contrato de avaliação do índice de qualidade da água teve sua

continuidade aditada devido à importância de monitorar o impacto da concessão. Indicador 4: Índice de comprometimento de recursos em ações finalísticas: ; - Mede o quanto do valor total para investimento em ações finalísticas foi comprometido (desembolsado e contratado); - De R$ 19,9 milhões previstos, R$ 2,157 milhões foram desembolsados e R$ 1,705 milhão contratado; - Alcançou um índice de 19%, superando a meta de 30% (o texto parece indicar que 19% é a porcentagem para o peso 2, chegando a 39, o que supera a meta de 30).Indicador 5: Índice de recursos comprometidos totais: ; -Soma os valores do Indicador 4 com os utilizados em ações de diretoria e programas de comunicação social, e custeio da entidade delegatária; -Alcançou 70% de comprometimento, superando a meta. Indicador 6: Taxa de administração real da entidade delegatária:; - Compara o custeio da delegatária com o valor total desembolsado (custeio mais ações finalísticas e de diretoria); - O custeio previsto era de R$ 1,771 milhão. O utilizado foi R$ 1,409 milhão; - A taxa foi de 38% (calculada como custeio utilizado / total desembolsado), resultando em uma nota de 3,4 (considerando o peso 2). A Sra. Maria Inês comenta que esse indicador é um desafio e que estratégias estão sendo discutidas no Fórum Fluminense de Comitês de Bacia para melhorar, como a realocação de custos de técnicos finalísticos para a rubrica de investimento. O Sr. Leonardo Fernandes questiona um valor de R$400 mil em restauração de APPs (Áreas de Preservação Permanente) e áreas de recarga de aquíferos, além de projetos de monitoramento de corpos hídricos. A Sra. Claudia Magalhães esclarece que houve um erro de "copia e cola" e fará a correção na descrição. O Sr. Leonardo levanta a importância de uma rubrica para "gerenciamento integral de recursos hídricos e gerenciamento costeiro" (Indicadores 4 e 5), mencionando a relevância da economia azul e a dificuldade dos municípios em obter dados topográficos de suas praias para a gestão costeira. Ele sugere remanejar recursos para essa rubrica, considerando-a uma área estratégica e que demandará informações no futuro. A Sra. Maria Inês explica que o tema do gerenciamento costeiro já está sendo discutido no Fórum Fluminense de Comitês de Bacia. Um workshop sobre o tema, com valor já previsto e destinado, será realizado em Macaé, possivelmente ainda este ano ou no início do próximo. Este workshop visa planejar melhor as ações do comitê na área. Além disso, há uma tentativa de realizar esses workshops em conjunto com as iniciativas da Secretaria de Estado na área de economia azul.

O Sr. Leonardo insiste na importância de ter um valor, mesmo que simbólico, já alocado diretamente na rubrica de gerenciamento costeiro no orçamento atual para evitar a necessidade de aprovar resoluções futuras para cada investimento. A Sra. Maria Inês e a Sra. Claudia esclarecem que, mesmo com a rubrica, qualquer projeto específico demandaria uma resolução para a alocação de recursos. No **ponto de pauta 5,** a Sra. Claudia informa que no PAP já existe previsão para gerenciamento integrado e que o PAAD 2025 já prevê um aporte de R$20 mil para o gerenciamento costeiro. A Sra. Claudia apresenta a proposta de um detalhamento maior na tabela do PAAD 2025, incluindo: - Saldo remanescente de 2024; - Previsão de repasse para 2025 por rubrica; - Previsão total de recursos para 2025; Previsão de execução/contratação /desembolso.; - Saldo remanescente estimado para futuras ações. Em relação ao gerenciamento costeiro, A Sra. Claudia reafirmou que há um aporte de R$ 20.000,00 previsto no PAAD 2025.

Ela tranquiliza ao Sr. Leonardo, informando que a prestação de contas parcial, a ser apresentada em julho, deverá mostrar saldos remanescentes que permitirão a execução de ações nessa rubrica, sem a necessidade de passar essa informação para o CERHI. A Sra. Maria Inês sugere manter essa flexibilidade para o futuro. O Sr. Leonardo concorda, reforçando a importância de direcionar os saldos para essa rubrica, considerando o aumento da relevância do tema (citando a Lagoa de Imboassica) e a necessidade de encadeamento entre os instrumentos. A Sra. Maria Inês propõe que, com os saldos remanescentes que serão apresentados na próxima prestação de contas, uma parcela seja alocada para a rubrica de gerenciamento costeiro. O Sr. Leonardo concorda, considerando a relevância crescente da pauta, que pode incluir a Lagoa de Imboassica e outras. A Sra. Claudia Magalhães apresentou as alterações propostas para o Plano de Trabalho, visando dar mais transparência e detalhamento aos recursos. A principal mudança é a necessidade de ajustar o orçamento de custeio da entidade delegatária, que inicialmente era de R$ 1.621.000,00 para 2025, mas com previsão de economia de R$ 400.000,00 o repasse seria de R$ 1.259.000,00. As alterações propostas incluem: - Revisão da equipe administrativa: A demanda por licitações aumentou significativamente (40 em 2024, 21 até o momento em 2025, com mais 5 previstas para julho). Propõe-se ajustar o valor destinado ao assistente administrativo para R$ 455.000,00 revertendo a decisão de um assistente compartilhado para ter um administrativo exclusivo para o Comitê; - Contratação de Gerente de Projetos: Um aumento de R$ 75.000,00 na rubrica de Recursos Humanos para a contratação de um Gerente de Projetos para o escritório de Macaé. Isso é considerado imprescindível devido à especificidade e complexidade dos contratos e produtos, que exigem uma coordenação mais próxima para o cumprimento de cronogramas; - Manutenção do escritório de Lumiar: Um valor de R$ 7.000,00 para obras de reparo e manutenção devido a problemas graves de infiltração e mofo, que tornam o ambiente insalubre; -Sistema de armazenamento em nuvem: Necessidade urgente de adquirir um sistema de armazenamento de dados em nuvem, com custo de R$ 203.000,00 que será compartilhado com outro comitê de bacia. Isso visa resolver a sobrecarga do sistema atual e evitar a perda de dados. Com essas alterações, o orçamento do custeio da entidade delegatária passaria de R$ 1.621.000,00 para R$ 1.884.000,00. Os recursos viriam do saldo remanescente de 2024 (R$ 361.000,00), previsão de repasse do PAP (R$ 792.000,00), compensação financeira (R$ 373.000,00) e aporte do custeio do CUT (R$ 297.000,00). A Sra. Maria Inês destaca que as mudanças, especialmente a inclusão do Gerente de Projetos e um administrativo exclusivo, são antigas aspirações do Comitê, essenciais para manter e melhorar o bom desempenho da delegatária. O plano de trabalho retificado é colocado em regime de aprovação. Não havendo manifestações contrárias, o plano é aprovado. A Sra. Claudia Magalhães reitera que a única alteração no Plano de Aplicação Plurianual (PAP) se refere à tabela de alocação de recursos. Ela confirma que os valores do PSA serão ajustados para R$ 2.214.000,00 e que as rubricas de apoio à pesquisa e restauração receberão R$ 400.000,00 cada. A Sra. Maria Inês confirma que o PAP está aprovado. A Sra. Claudia Magalhães reafirmou que a única alteração no PAP é a tabela de alocação de recursos, com o PSA passando para R$ 2,214 milhões e a inclusão de R$ 400 mil

para apoio à pesquisa e R$ 400 mil para restauração. A Sra. Maria Inês confirma a aprovação do PAP, com a ressalva de que os ajustes textuais (como a correção de "executar ações de restauração de APP e área de recarga de APP") serão feitos posteriormente pela equipe. Em seguida, A Sra. Claudia projeta a resolução referente ao PAAD. O título é "dispõe sobre a aprovação da alteração da programação anual". Ela levanta uma preocupação sobre os artigos 4º e 5º da resolução da PAAD, que estabelecem restrições à execução de atividades não previstas e à alteração de valores. O artigo 4º afirma que "não será permitida a execução de atividades não previstas na PAAD", e o artigo 5º impõe que "nenhuma alteração nos valores previstos em cada rubrica do PAAD poderá ser realizada sem a prévia e expressa aprovação da Plenária do Comitê. A Sra. Claudia argumenta que essas cláusulas são problemáticas porque, na prática, o Comitê frequentemente realiza atividades não previstas e, às vezes, necessita remanejar recursos rapidamente. A Sra. Daniele Pereira dá o exemplo do evento "Boas Práticas", que não estava no planejamento inicial. A Sra. Claudia enfatiza que manter esses artigos pode levar o Comitê a operar fora da legalidade que ele próprio estabeleceu. O Sr. Leonardo Fernandes reforça a preocupação, afirmando que o artigo 4º criaria um problema interno, uma vez que o Comitê já sabe que não conseguirá cumprir essa restrição. Ele também questiona o artigo 5º, ponderando que, em certas situações, pode ser necessário dobrar ou aumentar uma rubrica significativamente, e as restrições burocráticas podem ser prejudiciais, especialmente considerando que o Comitê é administrativamente responsável por seus atos. Ele sugere que é melhor responder por ter feito algo necessário do que estar restrito por uma norma interna. A sra. Maria Inês concorda com as ponderações do Sr. Leonardo e sugeriu remover tanto o artigo 4º quanto o 5º para garantir que o Comitê opere dentro da legalidade e com maior flexibilidade. A sra. Claudia confirma que remover ambos os artigos faz sentido, já que atividades não previstas muitas vezes implicam custos não orçados. A Sra. Claudia informa que fará uma revisão minuciosa de todas as alterações aprovadas nas planilhas do PAP e do PAAD com sua equipe e as encaminhará à Sra. Maria Inês. A Sra. Maria Inês pede que os documentos sejam enviados ainda hoje, se possível, para que ela possa assiná-los e garantir o envio ao Conselho Estadual na próxima segunda-feira, cumprindo o prazo. Prosseguiu-se para o **ponto de pauta 6**, A Sra. Daniele Pereira apresentou a Sra. Ayres, da Oceanos, para apresentar os dados de monitoramento ambiental da bacia do Rio das Ostras, com foco no Índice de Qualidade da Água (IQA) e na influência da salinidade. A Sra. Maria Inês pede a Ayres que seja concisa, especialmente na parte teórica do IQA, e solicita que as perguntas sejam feitas ao final da apresentação para evitar interrupções. A Sra. Ayres iniciou inicia a apresentação, que abrangeu oito meses de monitoramento com cinco campanhas bimestrais, totalizando sete pontos amostrais na bacia do Rio das Ostras. *Objetivos e Metodologia do Monitoramento*; informou que objetivo geral do estudo foi monitorar, analisar e diagnosticar a qualidade da água da bacia do Rio das Ostras. Os objetivos específicos incluíram: - Realizar campanhas de monitoramento, comparando dados brutos com a legislação vigente (CONAMA 357/2005); - Calcular o IQA utilizando duas metodologias (IQA CETESB e IQA INEA/NSF) para comparação; - Analisar a influência da salinidade na qualidade da água; - Apresentar os

resultados ao Comitê. A coleta de dados foi feita com um balde de Not, e parâmetros como condutividade, oxigênio dissolvido, pH, salinidade, temperatura e turbidez foram analisados in situ. Outros parâmetros foram analisados em laboratório. *Principais Resultados por Ponto de Amostragem;* A Sra. Ayres detalhou os resultados, progredindo do interior da bacia em direção à foz: - Ponto 4 (Rio Iriri): Águas predominantemente doces, mas com aumento de salinidade em períodos de menor pluviosidade. Presença de altos níveis de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e coliformes termotolerantes, indicando aporte de efluentes sanitários não tratados e baixa disponibilidade de oxigênio. Picos de nitrogênio total e turbidez sugerem influência de atividades agropecuárias e ausência de mata ciliar; - Afluente do Rio Iriri (Ponto 1): Predominantemente doce, mas com episódios de salinidade elevada (águas salobras) em março de 2025, evidenciando a intrusão salina. Apresenta picos de nitrogênio e fósforo, que podem estar relacionados a efluentes agropecuários, sanitários e, possivelmente, ao vazamento de chorume do aterro sanitário de 2019. Há também altos níveis de coliformes termotolerantes, DBO e baixas concentrações de oxigênio dissolvido, com amostras constantemente desenquadradas da normativa; - Rio Jundiá (Ponto 2): Observa-se proliferação de macrófitas e margens expostas sem mata ciliar. O padrão de salinidade é similar ao do afluente do Iriri, com picos de salinidade em março de 2025. Vários picos de coliformes termotolerantes levaram a altas DBOs e baixa disponibilidade de oxigênio, com amostras desenquadradas. A situação é agravada pela precariedade do saneamento básico, com vazamento de esgoto, e altos níveis de turbidez, fósforo e nitrogênio total. O pH extremamente baixo (chegando a 3,20) em janeiro de 2025 é preocupante, pois águas ácidas são fatais para a fauna e flora e aumentam a liberação de poluentes retidos no sedimento; - Rio das Ostras - Ponto 3 (após Iriri e Jundiá): A salinidade aumenta à medida que se aproxima da foz, classificando as águas como doces, salobras e salinas. Há consistentemente altos valores de DBO e baixíssimos de oxigênio dissolvido, com quase todas as amostras fora do padrão. Isso é atribuído às altas concentrações de fósforo total, nitrogênio total e coliformes termotolerantes; - Canal das Corujas (Ponto 5): Localizado em área de intensa urbanização, apresenta águas escuras, descarte de lixo e esgoto. A salinidade alterna entre doce e salobra devido à proximidade da foz. A alta concentração de nutrientes (fósforo e nitrogênio) sugere um caso de eutrofização artificial, mesmo sem proliferação visível de macrófitas. Há também aumento significativo de coliformes termotolerantes, refletindo a falta de saneamento básico. O pH também é mais acidificado neste canal, sendo um dos pontos mais críticos, junto com o Rio Jundiá; - Rio das Ostras - Ponto 6 (após Canal das Corujas): Sofre os impactos do Canal das Corujas e de ocupações irregulares. A salinidade varia entre doce, salobra e salina. O mesmo padrão de altos coliformes termotolerantes, altas DBOs e baixas concentrações de oxigênio dissolvido é observado, indicando a influência de efluentes sanitários; - Foz do Rio das Ostras (Ponto 7): Apresenta altíssimos valores de salinidade (salobra e salina) devido à conexão direta com o mar. Apesar disso, ainda são encontrados altos valores de coliformes termotolerantes e nutrientes, o que demonstra o grande impacto da poluição. A alta concentração de oxigênio dissolvido neste ponto pode estar mascarando a real qualidade da água devido à

maior aeração em regiões estuarinas. *Comparação do IQA e Conclusões;* - IQA CETESB: A maioria das classificações foi "regular". O Canal das Corujas foi o ponto mais crítico, classificado como "ruim" na média do segundo e terceiro ano de monitoramento; - IQA INEA/NSF: O cenário muda, com a maioria dos resultados categorizados como "ruim", pois essa metodologia é mais exigente em seus critérios de classificação. No entanto, o Canal das Corujas continua sendo o ponto com a pior média. *Conclusões:* - As altas concentrações de carga orgânica, nutrientes e coliformes termotolerantes refletem o crescimento populacional acelerado sem a devida ampliação da rede de saneamento básico; - As concentrações elevadas de nutrientes sugerem eutrofização artificial nos corpos hídricos monitorados; - A forte influência da salinidade nas regiões estuarinas indica que a interpretação do IQA deve ser feita em conjunto com outros parâmetros, pois os resultados podem estar mascarados; - Os dados gerados são cruciais para a tomada de decisões e a implementação de medidas de curto, médio e longo prazo. *e Recomendações:* - Ampliação da rede de esgoto e tratamento de água; - Aumento da fiscalização das políticas públicas ambientais, combatendo ligações clandestinas; - Inclusão de novos parâmetros de análise: estudos ecotoxicológicos, estudos de fitoplâncton e monitoramento do sedimento; - Desenvolvimento de projetos para restaurar as matas ciliares dos rios para combater o assoreamento; - Continuidade da divulgação dos resultados para a população e desenvolvimento de materiais educativos; - Implementação de projetos de ciência cidadã, envolvendo moradores do entorno. A Sra. Maria Inês agradece a apresentação, destacando que as recomendações fornecem ideias importantes para futuros editais de pesquisa e projetos de restauração de APP. Ela também menciona a intenção de dar continuidade ao monitoramento para avaliar o impacto da recente concessão dos serviços de saneamento no município, dada a gravidade da situação atual dos corpos hídricos, com rios "mortos" em algumas áreas. O Sr. Jolnnye Abrahão iniciou a discussão sobre os resultados do monitoramento ambiental, classificando-os como "desanimadores" e a situação como "complicada". Ele sugere que os resultados do monitoramento sejam apresentados ao Conselho de Meio Ambiente de Rio das Ostras para que cheguem a diversas representações da sociedade. Também reforça a necessidade de oficiar os tomadores de decisão sobre esses resultados, reiterando a gravidade da situação. Maria Inês concorda em reiterar o ofício, já enviado na primeira etapa do projeto, solicitando que a prefeitura tome as devidas providências. O Sr. Jolnnye destaca que a problemática da poluição antecede a concessão dos serviços de saneamento no município, e a ampliação do monitoramento servirá para verificar se a concessão trará melhorias. Ele enfatiza a importância de ter um histórico de longo prazo para o monitoramento, permitindo que o Comitê reaja rapidamente aos problemas. Ele também contextualiza a questão da mata ciliar no bairro Harmonia, onde uma Faixa Marginal de Proteção de 50 metros foi reduzida para 15 metros por um decreto estadual. Essa redução compromete a qualidade da água, especialmente no Rio Jundiá, contribuindo para problemas como a turbidez. Prosseguiu-se para o **ponto de pauta 7,** Maria Inês informa que a minuta de prorrogação do monitoramento por mais doze meses já passou pela CTIL e pela Diretoria, e agora está sendo levada à plenária para aprovação. Ela explica que, inicialmente,

estava relutante em prorrogar, pois os dados mostravam um agravamento da situação. No entanto, o Sr. Jolnnye a convenceu da importância de continuar o monitoramento para avaliar os impactos da entrada da concessionária de saneamento. O Sr. Leonardo Fernandes levanta questões sobre a prorrogação: 1) Se houve uma compatibilização dos pontos de monitoramento com as áreas de atuação ou planos da concessionária; e 2) Até que ponto a continuidade do contrato trará melhora na informação, além de confirmar problemas já conhecidos como salinidade e contaminação. Ele sugere a possibilidade de espaçar a amostragem para obter novas informações, como o avanço da cunha salina. A sra. Maria Inês responde que, a princípio, não houve alteração nos pontos de monitoramento para não perder a série histórica, o que é crucial para um acompanhamento de médio prazo. Ela acrescenta que, durante a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, o Comitê está debatendo essas questões com a concessionária e apresentando os dados, para que a concessionária possa planejar suas ações. Ela enfatiza que o problema vai além da salinidade, pois a presença de coliformes termotolerantes em alta salinidade indica um grande lançamento de efluentes domésticos não tratados, tornando a situação "muito mais grave do que os números nos mostram". A Sra. Maria Inês retoma a discussão sobre os problemas de saneamento na área urbana, especialmente onde a densidade populacional aumenta. O Sr. Leonardo Fernandes concorda que o Rio Iriri também está sofrendo com grande contaminação.

A Sra. Maria Inês explica que a contaminação não se restringe apenas a efluentes humanos, como visto pelas fotos da apresentação, que mostram gado entrando no rio. Ela ressalta que a ausência de mata ciliar agrava a situação, permitindo que o gado cause contaminação fecal. Ela aponta que o saneamento rural não está coberto pela concessionária, sendo uma responsabilidade da prefeitura lidar com a recuperação da mata ciliar. Ela reafirma a decisão de não alterar os pontos de amostragem para preservar a série histórica dos dados, que são cruciais para o Plano Municipal de Saneamento Básico (o Rio das Ostras não tinha dados consistentes antes do monitoramento atual). A Sra. Maria Inês explica a importância da prorrogação do projeto para monitorar a atuação da concessionária e verificar se as condições de oxigênio dissolvido (OD) e outros parâmetros anóxicos melhoram. Embora o Índice de Qualidade da Água (IQA) não seja ideal para águas salinas, a continuidade do monitoramento permitirá avaliar a eficácia das ações da concessionária. Foi iniciada a discussão da resolução que aprova a prorrogação do projeto de estudo da avaliação do IQA e salinidade da bacia do Rio das Ostras por mais doze meses, com um aporte de R$ 100.000,00. Este valor já estava previsto na rubrica de investimentos em monitoramento ambiental, não necessitando de remanejamento. O Sr. Leonardo Fernandes questiona se a concessionária atuará apenas na bacia monitorada e se há risco de a concessionária agir em outras bacias não monitoradas. A Sra. Maria Inês esclarece que a concessionária atuará nas bacias do Jundiá e Rio das Ostras na área urbana, o que foi um argumento chave para convencê-la a prorrogar o monitoramento. A área rural não será coberta pela concessionária. Após o debate, a prorrogação do projeto é aprovada por consenso na plenária. Prosseguiu-se para o **ponto de pauta 8,** a Sra. Maria Inês, contextualizou a aprovação dos participantes do ENCOB 2025. A seleção seguiu critérios rigorosos, incluindo frequência mínima de 75% nas reuniões do

comitê, com justificativas aceitas para ausências. Todos os interessados elegíveis, incluindo diretores, coordenadores de câmaras técnicas e seus adjuntos, coordenadores de grupos de trabalho, sociedade civil e pequenos usuários (pescadores), foram aprovados. Uma nova deliberação é proposta por Maria Inês: a participação de mais um jovem do GT Juventude no ENCOB. Ela ressalta a recomendação do Fórum Fluminense de Comitês de Bacia Hidrográfica para incentivar a participação de jovens, especialmente porque o ENCOB será em Vitória e a viagem será feita de van. A proposta visa estimular a juventude do comitê a participar dos debates, e é aprovada por consenso pela plenária. Dessa forma foi aprovado o envio de 18 representantes, incluso 02 jovens, sendo 01 do Alto Curso e 01 do Baixo Curso; ao ENCOB no período de 08 a 14 de setembro de 2025, sendo pagas 06 diárias, 01 ajuda com alimentação e reembolso de despesas. A Sra. Maria Inês informou sobre o aporte de recursos do comitê para apoio ao stand do FFCBH no ENCOB, onde o Comitê aportará apenas R$ 7.000,00. Este valor também é aprovado por consenso pela plenária. O Sr. Leonardo Fernandes sugeriu a ideia de confeccionar camisas do Comitê para que todos os participantes uniformizados no ENCOB, servindo como propaganda. O Sr. Thiago Cardoso informou que não há tempo hábil para o ENCOB de 2025 devido a outras demandas. A Sra. Maria Inês propõe que a ideia seja registrada como recomendação para o ECOB de 2026, para que a confecção das camisas seja incluída no orçamento e providenciada com antecedência. Prosseguiu-se para o **ponto de pauta 9,** a Sra. Maria Inês informou sobre a pauta. Ela parabeniza os membros da CTEACOM, pelas reuniões extraordinárias para debater o questionário. A Sra. Daniele Pereira projeta o questionário, explicando que o objetivo é coletar informações dos participantes anteriores do FAJ e verificar o interesse deles em participar do GT Juventude. A Sra. Maria Inês acrescenta que a coordenadora do GT Juventude, tem divulgado ativamente o grupo, o que já resultou em um novo pedido de ingresso. O questionário será um formulário online (Google Forms). A Sra. Daniele Pereira apresenta as seções do questionário online (Google Form) para jovens participantes de edições anteriores do Fórum Água Juventude (FAJ), com o objetivo de coletar informações e convidá-los para o GT Juventude: - Identificação: Nome, idade, e-mail e escolaridade; - Conhecimento sobre Comitês de Bacia: Avaliar o nível de conhecimento dos jovens sobre a governança da água. As perguntas incluem se já ouviram falar na Região Hidrográfica Macaé Ostras, em Comitês de Bacia Hidrográfica (com campo aberto para o que entendem) e se conhecem algum comitê na sua região; - Participação em Eventos e Mobilizações: Mapear experiências anteriores com programas como "Jovens da Água" (nome a ser confirmado por Tainá). Perguntas sobre participação em ações ou eventos relacionados a água, meio ambiente ou juventude, com opções como FAJ, Conferência da Juventude, projetos escolares, ONGs, entre outros, e um campo aberto para "Outro". Inclui a pergunta "Você se identifica como um jovem da água? Por quê?" (resposta aberta); - Conexão, Escuta e Mobilização: Convidar para os próximos passos e fortalecer a rede. Perguntas sobre interesse em participar do GT Juventude do comitê (para jovens de 15 a 29 anos) e do grupo de WhatsApp para troca de ideias. Para ingressar no GT, os interessados devem enviar uma carta de solicitação por e-mail com nome completo, data de nascimento, escolaridade, local

de residência, experiência em fóruns de participação social e justificativa de interesse. Jovens de 15 a 18 anos precisam de termo de autorização assinado pelos responsáveis. A Sra. Maria Inês sugere adicionar uma ementa introdutória e uma foto de um FAJ ao formulário para contextualizá-lo. A plenária aprova o questionário com essas sugestões. Prosseguindo para o **ponto de pauta 10**, a Sra. Thayná Fernandes compartilhou os informes: - Participação na Conferência Nacional de Meio Ambiente, onde uma das dez propostas priorizadas foi o fortalecimento dos comitês de bacias; - Aprovação de uma moção com 302 assinaturas visando o fortalecimento da gestão sustentável dos canais de drenagem no país, destacando seu interesse em ampliar a malha urbana com áreas verdes e hortas urbanas, especialmente devido à sua residência próxima ao canal Campos Macaé; - Convite para o Primeiro Encontro de Educação Ambiental do Paraíba do Sul, que ocorrerá nos dias 2 e 3 de julho em Três Rios, organizado pelos comitês do Baixo Paraíba do Sul e do Paraíba do Sul. Ela solicita o apoio do comitê para sua participação no evento. A Sra. Maria Inês pede que o convite seja encaminhado oficialmente para que o apoio possa ser formalizado rapidamente. Não havendo nada mais a tratar, a presente ata foi lavrada por Thiago J S Cardoso e assinada pela Diretora Presidente do CBH Macaé Ostras, Sra. Maria Inês Paes Ferreira.

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARIA INES PAES FERREIRA
Data: 23/08/2025 13:55:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARIA INES PAES FERREIRA
Diretora-Presidente

gov.br
Documento assinado digitalmente
THIAGO JEFFERSON DA SILVA CARDOSO
Data: 26/08/2025 10:34:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

THIAGO J S CARDOSO
Assistente Administrativo
CILSJ – Entidade Delegatária

Aprovada em 22 de agosto de 2025